



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003279-06.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**  
 Embargado: **Multicorpos Engenharia Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**Vistos.**

Trata-se de embargos à execução opostos pela **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, contra **MULTICORPOS ENGENHARIA LTDA.** Aduz a embargante falha nos cálculos da embargada, que teria gerado excesso na execução, pois não teria utilizado como início da correção monetária janeiro de 2013, em descompasso com a r. Sentença, que nada determinou nesse sentido.

A embargada apresentou impugnação (fls. 17/19), alegando que, por equívoco, utilizou como termo inicial a data do ajuizamento da ação de repetição de indébito, tendo até abrandado o valor, quando o correto seria a partir do desembolso, conforme Súmula 162 do STJ, devendo a embargante ser condenada por litigância de má-fé.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido não merece acolhimento.

Não obstante a r. sentença tenha silenciado acerca do termo inicial da incidência da correção monetária, aplica-se, à hipótese, o disposto na **Súmula 162, do C. Superior Tribunal de Justiça, in verbis:**

"Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido".

Neste sentido:

Tributário. Ação declaratória c.c. repetição de indébito. IPTU dos exercícios de 2005 a 2010. Valores pagos a maior em razão de o lançamento considerar metragem superior à real. Ação julgada procedente. Recurso do município. Pretensão à reforma. Impossibilidade. Direito de restituição pelo pagamento comprovadamente indevido. **Atualização monetária. Súmula 162 do STJ quanto ao**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**termo inicial. Observância da modulação efetivada pelo STF em 25/03/2015 no julgado da ADI 4.357 (que reconheceu a inconstitucionalidade da EC 62 e, por arrastamento do art. 1º F da Lei n. 9.494/1997, nos limites da fase do precatório conforme foi postulado na ADI em relação à EC 62 e explicitado pelo Min. Luiz Fux em 27/03/2015, ao reconhecer a Repercussão Geral, tema n. 810). Resumo dos índices a serem utilizados para fins de atualização monetária: a) Tabela Prática do TJSP relativa às condenações da Fazenda Pública até 29/06/2009, véspera da vigência da Lei n. 11.960/2009; b) de 30/06/2009 (data da publicação da lei n. 11.960/2009) até 25 de março de 2015 (data da modulação feita no julgado da ADI n. 4.357) a atualização monetária deve observar os índices de atualização das cadernetas de poupança (TR) e; c) a partir de 26/03/2015, enquanto o processo estiver na fase de conhecimento, o débito deve ser atualizado pela TR. E a partir da expedição do requisitório gerador do precatório tributário a atualização monetária deve observar os índices utilizados pelo ente público vencido na atualização dos seus tributos, enquanto os precatórios não tributários devem ser atualizados pelo IPCA-E. Juros moratórios. Termo inicial do trânsito em julgado da condenação, nos termos da Súmula 188 do STJ. ADI 4.357 que reconheceu a inconstitucionalidade da vinculação dos juros aos índices da caderneta de poupança. Inexistência de modulação. Efeito ex tunc. Juros que devem ser calculados no mesmo percentual que a Fazenda Pública impõe enquanto credora, que em regra é de 1% ao mês (§ 1º do art. 161 do CTN), salvo se houver lei local em sentido diverso. Não incidência de juros moratórios desde a expedição do precatório até o decurso do prazo legal para o seu pagamento, nos termos da Súmula Vinculante 17 do STF. Recurso ao qual se nega provimento. Nada a se alterar em sede de reexame necessário (0050713-70.2010.8.26.0602 Apelação / IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, Relator(a): Ricardo Chimenti, Comarca: Sorocaba, Órgão julgador: 18ª Câmara de Direito Público, Data do julgamento: 30/04/2015, Data de registro: 05/05/2015).**

**TRIBUTÁRIO APELAÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL C.C. REPETIÇÃO DE INDÉBITO MUNICÍPIO DE GUARULHOS - IPTU - EXERCÍCIO DE 2012 Lançamento efetuado com base na Lei Municipal nº 5.753/01 - Ausência de publicação da Planta Genérica de Valores - Lei municipal que não foi publicada na íntegra - Impossibilidade de aplicação da lei por estar desprovida de validade Precedentes do STJ e desta 15ª Câmara de Direito Público Incidente de**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Inconstitucionalidade da lei local julgado precedente, afetando, ademais, a cobrança de alíquotas progressivas. JUROS Incidência dos juros moratórios a partir do trânsito em julgado da sentença Inteligência da Súmula 188 do STJ - **No que diz respeito à correção monetária, esta é devida a partir de cada recolhimento indevido, conforme Súmula 162 do Superior Tribunal de Justiça e deve ser calculada de acordo com a Tabela Prática deste Tribunal.** Sentença parcialmente reformada neste ponto. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REDUÇÃO IMPOSSIBILIDADE - Honorários fixados na origem em R\$ 1.500,00 que devem ser mantidos Nas causas previstas no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil os honorários advocatícios devem ser fixados conforme a apreciação equitativa do juiz, observando as normas previstas no Código de Processo Civil para tanto Sentença parcialmente reformada Recurso provido em Parte. (Apelação nº 1025759-34.2015.8.26.0224, Relator: Eurípedes Faim, Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Público, Data do julgamento: 04/02/2016).

Observa-se, contudo, que a embargada requereu que o termo inicial fosse a data do ajuizamento da ação, devendo prevalecer, então, esta data, que, inclusive, é mais benéfica ao Município.

Não é o caso de se aplicar ao embargante a penalidade da litigância de má-fé, pois não se vislumbra má-fé processual na sua conduta, mas apenas o exercício do direito de defesa, na forma do artigo 730 e seguintes do Código de Processo Civil, já que não havia certeza quanto ao termo inicial da correção monetária, embora houvesse orientação sumulada do STJ.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno o embargante a arcar com os seus honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

Prossiga-se com os autos principais, pelo valor total e não mais somente pelo incontroverso, após o trânsito em julgado.

P.R.Int.

São Carlos, 02 de março de 2016.